



## ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

1 Nos dias vinte e sete e vinte e oito de julho de dois mil e vinte e três, foi realizada a 71ª Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no Salão Londres, Windsor  
3 Hotel, SHS Qd. 05 bloco H - Brasília - DF Estiveram presentes na reunião as seguintes conselheiras  
4 – Dia 27/07/2023: **Adélia Moreira Pessoa**, Representante do Instituto Brasileiro de Direito de  
5 Família (IBDFAM); **Adriana Rosa dos Santos**, Representante do Capítulo Brasil Fórum de  
6 Mulheres do Mercosul (FFM); **Alessandra Santos de Almeida**, Representante do Conselho  
7 Federal de Psicologia (CFP); **Alice Bianchini**, Representante de Notório Conhecimento das  
8 Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Cida**  
9 **Gonçalves**, Ministra das Mulheres e Presidente do CNDM; **Carmen Foro**, Secretária Nacional de  
10 Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política e Vice-presidente do CNDM;  
11 **Celecina Rodrigues dos Santos**, Representante do Instituto Eco Vida; **Celina Alves Padilha**  
12 **Arêas**, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Chopelly**  
13 **Glaudystton Pereira dos Santos**, Representante da Associação Nacional de Travestis e  
14 Transsexuais (ANTRA); **Cleide Silva Pereira Pinto**, Representante da Federação Nacional das  
15 Trabalhadoras Domésticas (FENATRADE); **Daiane Boelhouwer Menezes**, Representante do  
16 Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); **Denise Santos Aguiar de Sá**, Representante do  
17 Ministério da Cultura (MINC); **Deusimar Corrêa**, Representante do Centro de Estudos Afro-  
18 Religioso e Cultural Rumpaimé Héviosô Zôônokum Mean; **Francilene Carvalho de Mesquita**,  
19 Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN);  
20 **Gilcelene Braga Assumpção**, Representante de Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG);  
21 **Grace Fátima Souza Rosa**, Representante do Ministério da Saúde (MS); **Islândia Bezerra da**  
22 **Costa**, Representante da Secretaria-Geral (SG); **Jane Maria Vilas Boas**, Representante do  
23 Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima (MMA); **Jovanna Cardoso da Silva**,  
24 Representante do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS);  
25 **Laudelina Inácio da Silva**, Representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira

26 Jurídica (ABMCJ); **Luanda Pires**, Representante do Notório Conhecimento das Questões de  
27 Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Maria Dirlene**  
28 **Trindade Marques**, Representante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos;  
29 **Maria Luiza Fonseca Valle**, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Nágyla**  
30 **Maria Galdino Drumond**, Representante da Confederação Nacional das Associações de  
31 Moradores (CONAM); **Patricia Laundry Mollo Vieira**, Representante do Ministério da Educação  
32 (MEC); **Rafaela Feitosa Damasceno**, Representante do Instituto Nacional das Mulheres  
33 Redesignadas (INAMUR); **Sandra Laules**, Representante da Rede Nacional de Mulheres Negras  
34 no Combate à Violência; **Sônia Maria Zerino da Silva**, Representante da Confederação Nacional  
35 dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Vanja Andrea Reis dos Santos**, Representante da União  
36 Brasileira de Mulheres (UBM).: e os seguintes assessores técnicos, **Ana Rocha**, Representante do  
37 Ministério das Mulheres; **Atiliana da Silva Vicente Brunetto**, Chefe de assessoria do Ministério  
38 das Mulheres; **Flávia Leite**, Representante do Ministério das Mulheres (MM); **Júlio César da**  
39 **Mota**, Chefe de Divisão do Ministério das Mulheres; **Maria Luiza R. de Aquino**, Representante  
40 do Ministério das Mulheres; **Raquel Ataíde de Oliveira Sumar**, Representante do Ministério das  
41 Mulheres; **Rosemberg Ricardo de Sales**, Representante do Ministério das Mulheres; Saete  
42 Miranda, Representante do Ministério das Mulheres (MM); **Sandra Lia Bazzo Barwinski**,  
43 Coordenadora-Geral do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) do Ministério das  
44 Mulheres; **Sandra Marrocos**, Representante do Ministério das Mulheres (MM); **Stefane Silva**,  
45 Representante do Ministério das Mulheres (MM); **Tathiane de Assis Freitas**, Representante do  
46 Ministério das Mulheres (MM); **Thaís dos S. Lima**, Representante do Ministério das Mulheres  
47 (MM); **Wagner Costa Silva**, Representante do Ministério das Mulheres; – Dia 28/07/2023:  
48 **Adriana Rosa dos Santos**, Representante do Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul  
49 (FFM); **Alessandra Santos de Almeida**, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP);  
50 **Alice Bianchini**, Representante de Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na  
51 Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; Cida Gonçalves, Ministra das Mulheres e  
52 Presidente do CNDM; **Carmen Foro**, Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações  
53 Temáticas e Participação Política e Vice-presidente do CNDM; **Celecina Rodrigues dos Santos**,  
54 Representante do Instituto Eco Vida; **Celina Alves Padilha Arêas**, Representante da Central dos  
55 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos**,  
56 Representante da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA); **Cleide Silva**

57 **Pereira Pinto**, Representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas  
58 (FENATRADE); **Daiane Boelhouver Menezes**, Representante do Ministério do Planejamento e  
59 Orçamento (MPO); **Deusimar Corrêa**, Representante do Centro de Estudos Afro-Religioso e  
60 Cultural Rumpaimé Hévíosô Zôônokum Mean; **Francilene Carvalho de Mesquita**, Representante  
61 do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); **Gilcelene**  
62 **Braga Assumpção**, Representante de Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG); **Grace Fátima**  
63 **Souza Rosa**, Representante do Ministério da Saúde (MS); **Islândia Bezerra da Costa**,  
64 Representante da Secretaria-Geral (SG); **Jane Maria Vilas Boas**, Representante do Ministério do  
65 Meio Ambiente e Mudança de Clima (MMA); **Jovanna Cardoso da Silva**, Representante do  
66 Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS); **Laudelina Inácio**  
67 **da Silva**, Representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ);  
68 **Luanda Pires**, Representante do Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta  
69 pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Maria Dirlene Trindade Marques**,  
70 Representante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; **Maria Luiza**  
71 **Fonseca Valle**, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Nágyla Maria**  
72 **Galdino Drumond**, Representante da Confederação Nacional das Associações de Moradores  
73 (CONAM); **Patricia Laundry Mollo Vieira**, Representante do Ministério da Educação (MEC);  
74 **Rafaela Feitosa Damasceno**, Representante do Instituto Nacional das Mulheres Redesignadas  
75 (INAMUR); **Sandra Laules**, Representante da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à  
76 Violência; **Sheila Santana de Carvalho**, Representante do Ministério da Justiça e Segurança  
77 Pública (MJSP); **Sônia Maria Zerino da Silva**, Representante da Confederação Nacional dos  
78 Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Vanja Andrea Reis dos Santos**, Representante da União  
79 Brasileira de Mulheres (UBM).: e os seguintes assessores técnicos, **Ana Rocha**, Representante do  
80 Ministério das Mulheres; **Atiliana da Silva Vicente Brunetto**, Chefe de assessoria do Ministério  
81 das Mulheres; **Flávia Leite**, Representante do Ministério das Mulheres (MM); **Maria Luiza R. de**  
82 **Aquino**, Representante do Ministério das Mulheres; **Raquel Ataíde de Oliveira Sumar**,  
83 Representante do Ministério das Mulheres; **Salette Miranda**, Representante do Ministério das  
84 Mulheres (MM); **Sandra Lia Bazzo Barwinski**, Coordenadora-Geral do Plano Nacional de  
85 Políticas para as Mulheres (PNPM) do Ministério das Mulheres; **Sandra Marrocos**, Representante  
86 do Ministério das Mulheres (MM); **Abertura da Reunião**: A Carmen Foro Vice-Presidente do  
87 CNDM iniciou a reunião e informou como pauta – Dia 27/07/2023 – Coordenação da Vice-

88 Presidenta do CNDM e Sociedade Civil – Alice Bianchini - Representante de Notório Saber: 09:00  
89 – Aprovação da pauta e Aprovação da Ata da 70ª reunião; 10:00 – Análise de conjuntura; 12:00 –  
90 Almoço; 14:00 – Apresentação do relatório da Câmara de Planejamento e Orçamento; 15:00 -  
91 Apresentação do relatório da Câmara de Legislação e Normas; 16:00 - Apresentação do relatório da  
92 Câmara de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres; 17:00 –  
93 Internacional; 18:00 – Encerramento do dia. Dia 28/07/2023 - Coordenação - Sra. Cida Gonçalves -  
94 Ministra de Estado das Mulheres e Presidenta do CNDM e Sociedade Civil – Sra. Adélia Moreira  
95 Pessoa - Representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ): 09:00  
96 – Debate sobre a Misoginia – Sra. Cida Gonçalves – Ministra de Estado das Mulheres e Presidenta  
97 do CNDM; 10:30 – Lei de Igualdade Salarial – Desafios para a implementação – Rosane Silva –  
98 Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Políticas do Cuidado; 12:00 – Almoço; 13:30 –  
99 Marcha das Margaridas – Coordenação da Marcha; 15:30 – Encaminhamentos – Apresentação do  
100 mapa colaborativo das Mulheres Brasileiras; Proposta para a inserção da prorrogação dos mandatos  
101 do atual Conselho até o término da Conferência Nacional; Apresentação do processo eletivo das  
102 Câmaras Técnicas conforme art. 16 e 17 do Regimento interno; A vaga de conselheira de notório  
103 saber entrará na pauta de setembro da Coordenação Política; Reunião Extraordinária em setembro;  
104 18:00 – Encerramento. Na sequência, justificou a ausência da Ministra Cida Gonçalves, explicou  
105 que está substituindo-a nesta reunião e questionou se alguém propõe alguma alteração na pauta.  
106 Diante do exposto, a Sra. Rafaela Feitosa Damasceno sugeriu como pauta a discussão sobre a  
107 quantidade de conselheiras da sociedade civil no conselho, visto que deve haver paridade. Ato  
108 contínuo, a Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond propôs incluir nos encaminhamentos do dia  
109 seguinte, no período vespertino, a definição de representante no 3º Fórum Interconselhos que está  
110 previsto para o final de agosto, na segunda quinzena, mas não foi definida a data. Depois solicitou a  
111 conclusão da reunião do dia seguinte até as 17:00. Na sequência, a Sra. Maria Dirlene Trindade  
112 Marques esclareceu que a pauta foi reorganizada, mas que poderia ter uma avaliação dos processos  
113 das reuniões, pois não houve espaço na reunião para debater a apresentação das Câmaras, devendo  
114 ser avaliado como organizar as reuniões. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva solicitou a discussão  
115 sobre a participação das conselheiras em eventos das redes apresentadas no conselho. A Sra. Vanja  
116 Andrea Reis dos Santos notificou que nos dias 08 e 09 do próximo mês ocorrerá a Cúpula da  
117 Amazônia, que envolve a defesa de povos, sendo importante ter uma representante do conselho. Foi  
118 complementado que a participação da sociedade será nos dias 3,4 e 5, enquanto a participação

119 presidencial ocorrerá nos dias 08 e 09, não sabendo se haverá a participação da sociedade nesses  
120 dias. Ato seguinte, foi explicado que no CNDH haverá uma atividade no dia 05 das 15:00 às 17:00  
121 para debater sobre o sistema prisional na Região Norte, sendo importante participar, visto que é um  
122 assunto que afeta mulheres e que em 2022 foram encarceradas diversas mulheres. Foi sugerido  
123 colocar no final da reunião de hoje os informes e convites. Depois foi proposto um informe do  
124 governo sobre a cúpula e salientado que pode ser discutido sobre ter um representante do conselho.  
125 No tocante ao desequilíbrio da sociedade civil e do governo, foi informado que a composição está  
126 conforme as eleições. Ato contínuo, a Sra. Chopelly Glaudyston Pereira dos Santos explicou que  
127 sugeriu na reunião anterior uma prorrogação do mandato, pois esse mandato foi comprometido pela  
128 pandemia e pelo governo passado e que, caso fosse realizado o processo eleitoral, teria que começar  
129 imediatamente para concluir em julho de 2024. Complementou que foi explicado pela ministra na  
130 70ª reunião que a prorrogação do mandato seria discutida, pois com a colocação de três novos  
131 ministérios, deveria ser verificada a composição do conselho e informado que o debate deveria ser  
132 feito ao discutir a prorrogação. Ato seguinte, a Sra. Carmen Foro esclareceu que a prorrogação está  
133 prevista para amanhã e sugeriu que, ao debater sobre a prorrogação, que fosse abordado também a  
134 composição que está desequilibrada. Sobre o instrumento de avaliação para melhorar a construção  
135 da pauta, explicou que existiu uma coordenação que construiu essa pauta e sugeriu ouvir o grupo  
136 que foi construído. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques concordou que deve verificar um  
137 instrumento para isso, afirmou que houve um desencontro no entendimento da coordenação política  
138 e receberam as pautas a partir de terça-feira. Adicionou que procuraram minimizar a questão da  
139 pauta com dois dias para o Pleno, o que foi insuficiente. Acrescentou que, para a apresentação das  
140 Câmaras Técnicas haverá somente a tarde de hoje e que nas próximas será refeita a proposta da  
141 reunião anterior para um dia para a Coordenação Política, um dia para a Câmara Técnica e três dias  
142 para a reunião do Pleno, sendo que o primeiro dia será para a apresentação das Câmaras Técnicas e  
143 os outros para outros assuntos. Arrazoou que a reunião da Coordenação Política foi muito profícua,  
144 pois muitas pessoas participaram e sugeriu uma leitura. Anunciou que a ata foi corrigida na terça-  
145 feira por todas as pessoas presentes na reunião e propôs retornar mais cedo para analisar todos os  
146 relatórios e talvez estender a reunião. Ato seguinte, a Sra. Carmen Foro propôs dois minutos de fala,  
147 sugeriu a colaboração da Sra. Maria Dirlene Trindade Marques para verificar um instrumento para  
148 melhoria, declarou que a comissão está a disposição para auxiliar e receber contribuições para  
149 melhorar a pauta. Depois foi destacado que a reunião do Pleno foi prejudicada e que deve ser

150 introduzida nas reuniões uma discussão sobre a conferência. A Sra. Carmen Foro acolheu a crítica.  
151 A Sra. Atiliana da Silva Vicente Brunetto alegou que resultou de uma avaliação da coordenação  
152 política, que a coordenação política pretende se reunir 15 dias antes do Pleno conforme o regimento  
153 para cumprir a organização da pauta. Sobre o Fórum Interconselhos, a Sra. Carmen Foro esclareceu  
154 que o Pleno escolhe os representantes e sugeriu o acréscimo do assunto na pauta. Na sequência, a  
155 Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos destacou a necessidade da secretaria executiva. A Sra. Carmen  
156 Foro concordou, explicou que amanhã a reunião deve ser encerrada até às 17:00 por causa das  
157 viagens e que tem a proposta de prorrogar a reunião de hoje. Acrescentou que para terminar a  
158 reunião até as 17:00 de amanhã, ou todos os assuntos deverão ser discutidos ou deverão ser  
159 encaminhados os assuntos que não foram discutidos para a próxima reunião. Depois, a Sra. Jovanna  
160 Cardoso da Silva retirou a sua proposta quanto a participação das conselheiras em eventos das redes  
161 apresentadas no conselho para discutir na próxima reunião. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira  
162 dos Santos sugeriu que uma das Câmaras técnicas debata a proposta da Sra. Jovanna Cardoso da  
163 Silva para trazer para o Pleno um produto. A Sra. Carmen Foro ressaltou que a autora da proposta  
164 retirou a proposta e que a proposta foi acolhida para ser debatida em outro momento, o que foi  
165 sugerido pela Sra. Jovanna Cardoso da Silva. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos  
166 pontuou que pode ser discutido o assunto na Câmara Técnica de Planejamento. A Sra. Carmen Foro  
167 concordou, afirmou que o tema de desequilíbrio de representação do conselho e prorrogação do  
168 mandato será deslocado para manhã, e que pode ser discutido outros informes no fim do dia.  
169 Relembrou que foi incluído na pauta a representação do Fórum Interconselhos e asseverou que há  
170 um compromisso da coordenação política de melhorar a pauta. No que concerne a participação de  
171 conselheiras em atividades de redes, explanou que será debatido conforme a sugestão da Sra.  
172 Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos em uma das Câmaras Técnicas de Orçamento e  
173 Planejamento e sugeriu a inclusão dessas pautas. Sobre a aprovação da ata da reunião  
174 extraordinária, comunicou que a ata não está pronta e que a ordinária está pronta. Questionou se  
175 todos concordam com a ata. Todas concordaram com a ata da 70ª Reunião Ordinária que ocorreu  
176 antes da reunião extraordinária. Sobre a análise da conjuntura, a Sra. Carmen Foro questionou aos  
177 representantes da Coordenação Política se foi elaborada uma metodologia para a análise de  
178 conjuntura. Foi respondido que foi definido que as primeiras pessoas levantam o prisma e em  
179 seguida são feitas as inscrições. Depois foi sugerido fazer as inscrições e depois verificar o tempo  
180 disponível. Diante do exposto, a Sra. Carmen Foro propôs cinco minutos para a primeira rodada de

181 inscrições da análise de conjuntura e declarou que ela também fará as suas ponderações. Ato  
182 seguinte, foi sugerido cinco minutos para a primeira rodada e três minutos para a segunda. Foi  
183 concordado. A Sra. Carmen Foro advertiu que não teve tempo para preparar a sua análise de  
184 conjuntura, arrazoou que devem ser refletidos diversos itens como o momento de pós-eleição em  
185 que as mulheres estavam em desvantagem, um cenário político onde há maior pressão sobre as  
186 mulheres e a existência de uma possibilidade de retirada de todas as mulheres dos ministérios, o que  
187 demonstra uma reação muito forte do congresso e do machismo sobre o lugar das mulheres na  
188 política ou no comando desse país. Alegou que a ocupação das mulheres foi colocada na vitrine no  
189 último período, que houve manifestações importantes de redes sobre as mulheres e que as mulheres  
190 do parlamento e do governo federal estão sendo ameaçadas constantemente. Pontuou que devem  
191 dialogar sobre o resultado do PPA, pois considera baixo o resultado para o eixo das mulheres e não  
192 sabe a causa, se foi a plataforma ou a influência, podendo ser discutido o resultado e a participação.  
193 Explicou que houve calma com as férias do parlamento e que no retorno haverá muitas  
194 discussões como a cassação das seis parlamentares que estão no foco, sendo algo que deve ser  
195 discutido. Acrescentou que devem ser verificadas as pautas que interessam as mulheres brasileiras  
196 para discutir no Congresso. Ato contínuo, a Sra. Adriana Rosa dos Santos destacou a importância  
197 de debater a violência contra as mulheres na política e de maneira geral. Citou pesquisa do Fórum  
198 Brasileiro de Segurança Pública, onde é informado um infográfico sobre a vitimização das mulheres  
199 no Brasil no último ano. Argumentou que o conselho deve analisar a pesquisa para pautar alguns  
200 assuntos sobre as mulheres. Declarou que, segundo a pesquisa, 28% das mulheres sofreram algum  
201 tipo de agressão, o que equivale a 18 milhões de mulheres, sendo que 65,6% das mulheres  
202 entrevistadas são negras. Afirmou que foi questionado o que fizeram após a agressão e relatou que  
203 45% das mulheres agredidas não fizeram nada e 1,6% ligaram para o 180, o que demonstra a  
204 importância da retomada de discussão sobre o 180. Ato seguinte, discorreu sobre tópico da  
205 pesquisa: razões para não procurar a polícia. Relatou que 38% das mulheres resolveram sozinhas,  
206 21% não acreditavam que a polícia pudesse oferecer a solução e 14% não tinham provas suficientes.  
207 Afirmou que pode enviar o relatório, que nele são feitas recomendações para o governo e a  
208 sociedade como a disseminação da informação, segurança pública, justiça, acolhimento e  
209 encaminhamento das mulheres e sugeriu a leitura dos últimos anos. Com a palavra, a Sra. Gilcelene  
210 Braga Assumpção cientificou que ontem ocorreu a apresentação da consolidação do PPA em  
211 relação as mulheres, afirmou que discutirão o assunto posteriormente e pontuou que, ao analisar a

212 quantidade votos de mulheres na plenária, não resultariam em 100 votos para cada conselheira e que  
213 qualquer movimento presente tem capacidade de mobilizar mais de 100 mulheres. Ressaltou que  
214 todas devem verificar as responsabilidades coletivas, que a Câmara Técnica de Planejamento e  
215 Orçamento não foi contemplada como era esperado no processo do PPA, que deveria haver mais  
216 integração, planejamento, participação, interação, ter uma atenção maior do conselho a esse  
217 momento e entender o processo administrativo de governo. Asseverou que os pequenos detalhes das  
218 pautas devem ser destacados. Relembrou a discussão de moção de deputadas na reunião passada,  
219 onde foi proposta a retirada das pessoas transexuais e não binárias, sendo que o dia era o Dia da  
220 Visibilidade das Pessoas Transexuais. Argumentou que deve ser garantido o direito de todas as  
221 mulheres e relatou que na instituição Evangélicas por Igualdade de Gênero foi eleita como mascote  
222 uma personagem negra e transexual. Ato contínuo, a mascote foi sorteada e a Sra. Chopelly  
223 Glaudystton Pereira dos Santos ganhou. Depois cientificou que a Ministra Cida Gonçalves também  
224 receberá uma mascote. Na sequência, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos leu nota elaborada pela  
225 União Brasileira de Mulheres sobre as mulheres que vivem esse momento político de ostensivo  
226 espaço as mulheres de poder e decisão e o incentivo à participação das mulheres. Sugeriu a  
227 elaboração de uma nota pelo conselho no sentido de reforçar a opinião sobre o assunto. Salientou a  
228 necessidade de marcar uma reunião com o congresso para reafirmar o posicionamento contrário ao  
229 impedimento da participação de mulheres como as parlamentares ou do povo brasileiro. Com a  
230 palavra, a Sra. Rafaela Feitosa Damasceno cientificou que na reunião da Câmara Técnica de  
231 Planejamento e Orçamento houve reunião com o Sr. Ubirajara e ele informou as pautas prioritárias  
232 para o PPA. Demonstrou tristeza ao saber que a pauta principal foram os banheiros unissex dentro  
233 do governo, questionou a garantia de segurança dos banheiros unissex, asseverou que nas cinco  
234 pautas dos conservadores as mulheres transexuais estão incluídas de forma negativa, questionou se  
235 estão discutindo somente de forma interna no movimento e se o conselho está realmente dialogando  
236 com os conselhos estaduais e municipais. Quanto ao planejamento e orçamento, considerou  
237 interessante acompanhar essas questões, pois os conselhos possuem um dever fiscalizador e possui  
238 liberdade para provocar o governo para fazer trabalhos de políticas públicas. Na sequência, a Sra.  
239 Alessandra Santos de Almeida relembrou a morte de Marielle Franco, pontuou que pode ser  
240 vislumbrada esperança nos últimos acontecimentos, que no Anuário de Segurança Pública foi  
241 informado que o feminicídio cresceu 6,2% em 2022, o que pode relacionar ao governo anterior e é  
242 uma contraposição ao aumento de mulheres no espaço público político. Adicionou que segundo o



243 anuário houve 205 casos de estupro por dia em 2022, lembrou que estupro por muito tempo foi  
244 utilizado como crime de guerra para manter as pessoas no lugar e reforçou que nada e ninguém  
245 pode pará-las. Reforçou o aumento do encarceramento, alegou que é relacionada a política de  
246 combate as drogas, a política de branqueamento e a uma série de mulheres pretas e periféricas que  
247 sofrem com o luto. Lembrou argumento da professora Adriana Aiko da USP, em que foi alegado  
248 que o hiperencarceramento das mulheres está relacionado a uma desarticulação política das bases  
249 nos territórios. Depois sugeriu discutir a promoção de ações com ao Ministério da Saúde  
250 relacionada a visibilização dos serviços de aborto legal. Na sequência, a Sra. Nágyla Maria Galdino  
251 Drumond citou como questões prioritárias desse mandato a existência de um projeto nacional de  
252 desenvolvimento em disputa, em que nessa perspectiva a convocação e a incorporação das mulheres  
253 brasileiras neste projeto pode resultar em passos mais largos e arrojados, para que o país atinja a  
254 todos os lugares. Quanto ao ataque as ministras e deputadas, pontuou que o papel não é defendê-las  
255 somente enquanto mulheres que estão desempenhando bem os seus mandatos, mas contribuir para  
256 que o Presidente Lula as mantenha em seus postos em reconhecimento aos trabalhos que estão  
257 desempenhando e argumentou que elas estão sendo atacadas porque possuem um lado. Lembrou  
258 que a plenária final da 17ª Conferência Nacional da Saúde, que foi realizada no dia 05 de julho,  
259 garantiu no texto final a legalização do aborto e a descriminalização da maconha para usos  
260 medicinais. Arrazoou que existe como principal proposta do PPA a não existência de banheiros  
261 unissex e que ao mesmo tempo, a 17ª Conferência Nacional da Saúde diz não ao nascituro e sim a  
262 legalização do aborto e descriminalização da maconha. Afirmou que existem lutas para garantir que  
263 este país seja único, grande, democrático, inclusivo e do tamanho das necessidades do povo e das  
264 mulheres brasileiras. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas pontuou que estão em uma disputa  
265 geopolítica e de qual regime implementar no mundo. Lembrou eventos de 2015 a 2022 como o  
266 *impeachment* e eleição de alguém fascista. Ponderou que em 2022 ganharam a presidência e  
267 perderam o congresso, sendo necessário negociar, pois a direita é maioria na Câmara e no Senado.  
268 Acrescentou que muitos projetos relacionados as mulheres foram aprovadas, como a Lei de  
269 Igualdade Salarial, no qual este conselho deve auxiliar no cumprimento. Pontuou que o conselho no  
270 ano passado atuou na resistência, que agora luta para avançar nos direitos, que o Presidente Lula  
271 não pode agir sozinho e que deve ser refletido em como atuar internacionalmente para auxiliar.  
272 Diante do exposto, a Sra. Jane Maria Vilas Boas concordou com as percepções anteriores e  
273 discorreu sobre a articulação entre as ministras para trabalhar em conjunto com enfoque feminino.

274 Depois relatou que foi proposto que o Ministério do Meio Ambiente tenha um comitê de gênero,  
275 raça e diversidade, que agora está sendo proposto um plano de ação em dois movimentos no comitê  
276 como o letramento de gênero que será feito no ministério, no IBAMA, no ICMBio, a articulação  
277 com o Ministério das Mulheres, Ministério da Gestão, Ministério da Igualdade Racial e o Ministério  
278 dos Povos Indígenas e fazer com que as políticas do ministério tenham foco de gênero. Arrazoou  
279 que para toda ação tem uma reação e que as mulheres estão sendo atacadas. Ato seguinte, a Sra.  
280 Jovanna Cardoso da Silva arrazoou sobre a visibilidade dos corpos, ponderou que pouco se fala  
281 sobre as mulheres transexuais, que ser abordada a identidade de gênero e que as mulheres  
282 transexuais estão sendo mais perseguidas do que as mulheres cisgêneros. Argumentou que o  
283 conselho deve reforçar a política do Governo Lula e estar presente em outras pautas existentes no  
284 governo como a área ambiental. Discorreu sobre o preconceito ambiental, alegou que a palavra  
285 diversidade não contempla as mulheres transexuais e que deve ser abordada a identidade de gênero.  
286 Acrescentou que o FONATRANS colocou como demanda para o Ministério do Desenvolvimento e  
287 Assistência Social, Família e Combate à Fome a revisão de critérios do Cadastro Único e o que  
288 conselho deve acompanhar, pois os critérios não reconhecem as mulheres transexuais. Adicionou  
289 que falta sororidade e empatia das conselheiras e relatou capacitação de mulheres cisgênero em seu  
290 município. Ato seguinte, a Sra. Maria Dirlene Trindade Marques argumentou que as falas são  
291 diversas e que o tempo é exíguo para a análise de conjuntura. Arrazoou que as opressões são  
292 necessárias no capitalismo para aumentar a lucratividade. Questionou como o meio ambiente será  
293 fortalecido se é incentivado o agronegócio, se é possível acabar com o encarceramento sendo que é  
294 incentivada a exclusão social. Ponderou que o capitalismo não precisa de todos os trabalhadores,  
295 que deve unir todas as lutas, que o conselho deve discutir e avaliar o que o governo está fazendo e  
296 que as mulheres devem lutar por sua libertação. Arrazoou que para isso deve ser garantida a  
297 autonomia do seu corpo e financeira. Complementou que devem lutar pela legalização do aborto e  
298 das drogas para reduzir a marginalização e o empobrecimento da sociedade. Ato seguinte, a Sra.  
299 Patricia Laundry Mollo arrazoou sobre a SECADI, asseverou que antigamente havia a imposição de  
300 um pensamento único, que servidores foram silenciados e que houve a constituição de nove  
301 comissões de participação social no âmbito da educação. Argumentou que é necessário ouvir umas  
302 as outras. Discorreu sobre diálogo com outra pessoa relacionado a pluralidade de ideias e reafirmou  
303 que muito trabalho deve ser feito. Depois, a Sra. Francilene Carvalho de Mesquita questionou onde  
304 as notas técnicas estão sendo publicizadas e se estão atingindo o objetivo de apoio as deputadas. A

305 respeito do PPA participativo, questionou se foi feito um trabalho com os conselhos estaduais. A  
306 Sra. Alice Bianchini lembrou que no dia 25 de julho foi pautado sobre a mulher negra, explicou  
307 que o censo mostrará que a maioria das universidades públicas são compostas por mulheres negras,  
308 demonstrando que as cotas foram importantes, argumentou que devem ser debatidas as cotas na  
309 política e nas cadeiras, que deve ter cuidado para não dividir as mulheres, ter muita articulação e  
310 não enfraquecer. A Sra. Daiane Boelhouver Menezes declarou que, no PPA participativo, as  
311 mulheres representaram 65% dos participantes e proponentes na plataforma e, portanto, foram mais  
312 engajadas na plataforma. Pontuou que a proposta de retirada de banheiros unissex foi lamentável,  
313 mas teve apenas 1.350 votos e as outras 19 propostas tiveram mais de 6.000 votos. Acrescentou que  
314 houve propostas de combate à violência com mais de 7.000 votos. Refletiu que as preferências das  
315 mulheres foram o programa Viver sem Violência e dos homens foram programas de ciência e  
316 tecnologia, mobilidade e outros itens. A Sra. Adélia Moreira Pessoa corroborou com as falas  
317 anteriores, reforçou que é indispensável o trabalho de todas nos estados e que as entidades locais  
318 devem saber que são uma ponte entre o governo e elas. A Sra. Carmen Foro salientou a importância  
319 do debate, alegou que possuem contradições em todos os lugares, inclusive nos ministérios, que as  
320 coisas não funcionam apenas quando estão presentes e que o conselho deve se conectar com os  
321 estados. Não se conformou com o resultado de 7.000 votos em proposta relacionada as mulheres no  
322 PPA participativo, ponderou que o instrumento deve melhorar e que todos devem participar.  
323 Acrescentou que é necessário haver sintonia e que por isso foi concordado na reunião extraordinária  
324 com a elaboração de um mapa para conexão e fazer um amplo debate com os conselhos e com a  
325 sociedade civil. Complementou que é necessário melhorar a pauta, afirmou que houve poucas  
326 reuniões, e que deve ser discutida a conferência. Ressaltou que deve ser analisado o Anuário de  
327 Segurança Pública, que visualiza a dedicação do governo e discorreu sobre a violência. A Sra.  
328 Cleide Silva Pereira Pinto notificou que a FENATRADE tem uma deficiência, pois é a única  
329 categoria que não tem os seus direitos equiparados, que 95% da instituição é composta por  
330 mulheres negras, o que traz inquietação. Lembrou sobre Creuza Maria Oliveira, ex-conselheira da  
331 mulher e recebeu a o título de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
332 **Tarde:** A reunião foi iniciada. Ato seguinte, a Sra. Adélia Moreira Pessoa anunciou que serão  
333 apresentados os relatórios das Câmaras Técnicas, explicou que foi solicitado o adiamento da  
334 apresentação do relatório da Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento. Sobre a Câmara  
335 Técnica de Legislação e Normas, notificou que foi feita uma reunião ontem de manhã e à tarde.

336 Informou os participantes, alegou que foram discutidas as minutas dos GT's que foram aprovadas  
337 no pleno e que foi colocada uma enquete para verificar os candidatos para participar.  
338 Complementou que os GT's possuem prazo, informou as coordenadoras do GT Equidade na  
339 participação da mulher nos espaços de poder e decisão e declarou que possuem quatro  
340 representantes da sociedade civil e três representantes governamentais, podendo participar  
341 especialistas e representantes. A Sra. Alice Bianchini leu a minuta de resolução do GT Equidade na  
342 participação da mulher nos espaços de poder e decisão, explicou a finalidade do grupo, citou sobre  
343 organização da OAB quanto a paridade e comunicou que seriam analisados projetos de lei para  
344 fazer propostas e colocar no Pleno. Ato contínuo, foi apresentado sobre o GT Juízo de Família e  
345 Violência Doméstica de Competência Integral pela Sra. Adélia Moreira Pessoa. A Sra. Adélia  
346 Moreira Pessoa ponderou que a Lei Maria da Penha não resolveu totalmente o problema, que  
347 buscam estudar e aprofundar a discussão e informou a finalidade do GT. Noticiou que a Sra.  
348 Luanda Pires se candidatou a co-coordenadora do GT com ela, reforçou que deve ser aprofundada a  
349 discussão para diminuir a resistência, que é necessário fazer uma interlocução com os três poderes  
350 da república, que precisam das normativas internacionais e da cooperação de todos os especialistas  
351 no assunto. Depois citou as participantes e acrescentou que pode participar de mais de um GT. Em  
352 seguida, sobre o GT de Direitos Sexuais e Reprodutivos, foi explicado pela Sra. Maria Dirlene  
353 Trindade Marques que o GT existia, que foi publicada uma nota técnica sobre o nascituro e que se  
354 busca uma participação mais efetiva do conselho. Depois asseverou que o prazo é de 130 dias, que  
355 serão tratados projetos de lei, informou os participantes e a justificativa da existência do GT. Diante  
356 do exposto, a Sra. Rafaela Feitosa Damasceno se candidatou para o GT. Ato contínuo, a Sra. Adélia  
357 Moreira Pessoa explicou que o próximo GT está relacionado a autonomia econômica e que a Sra.  
358 Sônia Maria Zerino da Silva é a coordenadora. A Sra. Sônia Maria Zerino da Silva arrazoou que  
359 propôs GT sobre autonomia econômica e política do cuidado e que o governo criou um Grupo de  
360 Trabalho Interministerial para tratar sobre a política do cuidado que o CNDM deve participar.  
361 Discorreu sobre a importância da autonomia econômica das mulheres e pesquisa relacionada a  
362 queimadura de crianças na pandemia, em que Pernambuco foi o estado que teve mais acidentes com  
363 queimaduras. Pontuou sobre as dificuldades do PPA e argumentou que a autonomia econômica  
364 deve passar por todos os ministérios. Citou as participantes do GT e convidou as conselheiras para  
365 participar. Depois lembrou aprovação da lei nº 13.667 de 17 de maio, que prioriza o acesso das  
366 mulheres em situação de vulnerabilidade no SINE. Diante do exposto, foi ressaltado a ausência de

367 conselheiras governamentais. Ato seguinte, a Sra. Alessandra Santos de Almeida demonstrou a sua  
368 preocupação quanto a temática de trabalho escravo, relatou caso específico de trabalho escravo  
369 envolvendo crianças e sugeriu como temática a atuação no grupo de trabalho escravo de mulheres.  
370 Salientou a importância de discutir a laborterapia como trabalho escravo e a condição de  
371 trabalhadoras domésticas. Diante do exposto, foi explicado que ao abordar sobre autonomia  
372 econômica, é citado também o trabalho informal e que o assunto está em consonância com a  
373 resolução da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres. Foi acrescentado que  
374 existe um material das centrais sindicais referente a convenção da ONU nº 156 e que foram  
375 realizados diversos trabalhos, como uma cartilha da CUT sobre o assunto. Logo em seguida, foi  
376 explicado que o debate dependerá das pautas encaminhadas ao GT de Autonomia econômica. A  
377 Sra. Celecina Rodrigues dos Santos asseverou que o GT atendeu ao seu anseio, ponderou sobre a  
378 sustentabilidade, economia solidária, Secretaria Nacional de Economia Solidária, argumentou que a  
379 geração de trabalho e renda é relacionada as cooperativas, as associações e o trabalho produtivo  
380 com divisão de lucros por iguais. Argumentou que o mercado de trabalho exclui, que as pautas  
381 devem ser transversalizadas, que a economia solidária está em diversas áreas e defendeu o apoio as  
382 mulheres periféricas. Foi explicado que o GT não está fixo no trabalho e no emprego, mas na  
383 capacidade das mulheres de acessar e controlar recursos e que o formato será definido pelos  
384 membros. A Sra. Luanda Pires se colocou a disposição, sentiu falta do convite as mulheres  
385 transexuais e travestis no GT e sugeriu convidar a Sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho para o GT  
386 e o Ministério da Igualdade Racial para criar as demandas de todas as mulheres. Foi ressaltado que  
387 deve ser submetido ao Pleno as quatro resoluções e solicitado as inscrições de conselheiras  
388 governamentais. Na sequência a Sra. Rafaela Feitosa Damasceno se candidatou ao GT de Direitos  
389 Sexuais e Reprodutivos e discorreu sobre o pagamento de serviço para ter filhos biológicos após a  
390 redesignação sexual. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva concordou, arrazoou sobre as dores da  
391 sexualidade, representantes transexuais no ministério e argumentou que o conselho deve pensar em  
392 todas as mulheres, inclusive nas mulheres transexuais nas missões. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva  
393 concordou e pontuou que deve ser incluída a identidade de gênero e que as mulheres transexuais  
394 devem estar inseridas. Ato seguinte, foi sugerido a Sra. Jovanna Cardoso da Silva discutir com a  
395 Sra. Sônia Maria Zerino da Silva os assuntos pautados. Na sequência, foram aprovadas as  
396 resoluções por unanimidade. Logo em seguida, a Sra. Alice Bianchini notificou que no primeiro  
397 semestre de 2023 foram aprovadas 14 leis em relação a mulher e que foi deliberado na Câmara

398 Técnica de Legislação e Normas a inclusão das leis para que as conselheiras participantes repassem  
399 e tenham conhecimento sobre o assunto. Diante do exposto, foi proposto colocar na página do  
400 conselho para todos acessarem. Depois foi ressaltada a importância de restaurar a página do  
401 conselho para inserir as atas e as notas que estão no Participa Brasil. Em seguida, foi iniciado o  
402 relato da Câmara de Planejamento e Orçamento. A Sra. Gilcelene Braga Assumpção agradeceu o  
403 auxílio das participantes. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos citou os participantes e as  
404 pautas apresentadas, salientou que o ministério enviou representantes da área de orçamento,  
405 notificou que foi discutido a possibilidade de reunião da Câmara técnica no Ministério do Trabalho  
406 e Emprego e necessidade de qualificação das participantes sobre planejamento e orçamento.  
407 Discorreu sobre encontros nacionais que ocorrerão nos dias 25 de setembro e 26 de outubro, a  
408 necessidade de reunião extraordinária da câmara técnica, a possibilidade de revisão da data do  
409 encontro dos conselhos no dia 25 de setembro, asseverou que até o dia 03 de agosto pode ser  
410 enviada análise sobre o PPA participativo e arrazoou sobre o Fundo. Ato contínuo, foi esclarecido  
411 que foi proposto que as câmaras técnicas se reunissem nos ministérios das representantes  
412 governamentais. A Sra. Carmen Foro notificou que tem uma mulher transexual na Secretaria  
413 Nacional de Articulação Institucional, explicou que o governo tem várias salas disponíveis e  
414 ofereceu uma sala para as câmaras técnicas na Secretaria Nacional de Articulação Institucional para  
415 se reunirem. Complementou que a Sra. Sandra Lia Bazzo Barwinski pode explicar sobre o Fundo.  
416 Sobre a reunião, a Sra. Sandra Lia Bazzo Barwinski salientou a urgência do evento, mas asseverou  
417 que não haverá o tempo hábil para organização, sendo necessário decidir hoje. A Sra. Chopelly  
418 Glaudystton Pereira dos Santos explicou que a reunião extraordinária está prevista para  
419 organização, mas alegou não haveria tempo para apresentar o resultado ao Pleno, sendo importante  
420 adiar para outubro para organizar e apresentar ao Pleno. Concluiu afirmando que deve ser elaborada  
421 a programação. A Sra. Sandra Lia Bazzo Barwinski ressaltou que, a ocorrência da reunião em  
422 setembro comprometeria a participação de várias pessoas. Depois foi destacado que o orçamento  
423 seria até dezembro. Na sequência, a Sra. Rafaela Feitosa Damasceno propôs que na próxima  
424 reunião da Câmara Técnica de Legislação e Normas seja trabalhado a lei de incentivo fiscal para  
425 ajudar os Fundos estaduais, municipais e do conselho. Citou como exemplo a dedução de impostos  
426 fiscais aplicados em Senador Canedo e sugeriu discutir posteriormente sobre a implantação dessa  
427 lei no congresso. Ato seguinte, foi explicado que em 1985 foi formado o Fundo Especial dos  
428 Direitos da Mulher pela lei nº 7.365, de 29 de agosto de 1985 relacionado ao Conselho Nacional

429 dos Direitos da Mulher, mas o Fundo nunca foi visto. A Sra. Sandra Lia Bazzo Barwinski explicou  
430 que a lei que instituiu o conselho, artigo 8º, impôs o Fundo e que tem o projeto de lei nº 7.559 de  
431 2014 na Câmara Federal da autora Flávia Moraes do PDT, que institui o Fundo Nacional para a  
432 Promoção dos Direitos da Mulher, mas não se refere ao conselho e autoriza a dedução de imposto  
433 de renda de doações efetuadas aos fundos municipais, estaduais e nacional para a promoção dos  
434 direitos da mulher. Complementou que foi aprovado pela Comissão dos Direitos da Mulher na  
435 Câmara em outubro de 2019 e em março de 2021 foi para a Comissão de Finanças e Tributação e  
436 atualmente está neste local. Sobre o curso de formação, declarou que estão negociando alguns  
437 cursos com a ENAP e dois cursos específicos relacionados ao conselho, que são a Participação e  
438 Controle Social das Mulheres nas Políticas Públicas e de Formação e capacitação dos Conselhos e  
439 que na próxima semana está agendado para definir. Diante do exposto, foi sugerido a capacitação de  
440 maneira virtual ou híbrida. Foi ressaltada a dificuldade de atenção e acompanhar reuniões virtuais.  
441 A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond propôs debater quais estados e municípios podem  
442 regulamentar os seus fundos municipais e estaduais, inclusive sob as vistas de receberem ou não  
443 receberem repasses federais. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas não compreendeu o segundo  
444 parágrafo. Adicionou que na última reunião do conselho foi aprovado um grupo para fazer um  
445 levantamento dos estados que possuem Secretaria Estadual da Mulher, quais estados tem o  
446 Conselho Estadual funcionando e quais os municípios têm o conselho funcionando. Compreendeu  
447 que com o levantamento haveria uma reunião do Conselho Nacional da Mulher para convocar os  
448 conselheiros envolvidos para uma reunião e que pelo que está relatado, noticiou que haverá o  
449 Encontro Nacional dos Direitos da Mulher e Encontro Nacional dos Movimentos Sociais antes do  
450 conselho discutir o que será realizado nesse encontro. Questionou qual dia o Pleno tratará dessas  
451 reuniões. Foi ressaltado que o assunto será de responsabilidade da Câmara Técnica para o Pleno  
452 aprovar. Depois foi esclarecido que se não houver o adiamento, a proposta seria se encontrar,  
453 finalizar o trabalho proposto para ser apreciado e aprovado pelo Pleno por *e-mail*. A Sra. Jovanna  
454 Cardoso da Silva sugeriu a presença da deputada autora pelo projeto de lei na próxima reunião da  
455 câmara técnica e esclareceu que, se for necessário, pode ser apresentada a proposta no Pleno, os  
456 trâmites e o que devem fazer, como a ida de uma comissão deste conselho ao Parlamento.  
457 Compreendeu que a ministra gostaria do evento em 25 de setembro e advertiu que não tem interesse  
458 em participar de evento. Foi explicado que a proposta da câmara técnica seria fazer uma reunião  
459 extraordinária para discutir os eventos e depois foi citada a proposta de convocação da deputada

460 autora da proposta do Fundo. Foi ressaltado que as reuniões do conselho estão agendadas para os  
461 dias 25, 26 e 27 e que no dia 28 de setembro será o Dia Internacional da Defesa da Legalização do  
462 Aborto. Foi explanado que a Câmara Técnica realizaria a reunião no dia 6 de agosto e sugerida a  
463 prorrogação da reunião do Pleno para o dia 28 para fazer uma atividade integrada com os conselhos  
464 estaduais sobre o Dia Internacional da Defesa da Legalização do Aborto. A Sra. Rafaela Feitosa  
465 Damasceno explicou sobre os fundos para as pessoas idosas. Foi solicitado esclarecimento. A Sra.  
466 Carmen Foro explicou que na última reunião foi definido um calendário e que seriam feitas duas  
467 atividades no final do ano junto ao conselho para otimizar recursos. Asseverou que em setembro e  
468 em novembro será feito um encontro com conselhos estaduais com a presença da sociedade civil e  
469 imaginou que a câmara planejou o encontro. Compreendeu que foi discutido que não haverá  
470 possibilidade de reunião em setembro e que a reunião em novembro seria em novembro, portanto o  
471 calendário seria alterado. Ressaltou que o conselho está revogando uma decisão do calendário de  
472 reunião em setembro, manutenção da reunião de outubro e convocando uma reunião extraordinária  
473 para a câmara técnica. Foi salientado que o evento será no final de setembro e que deve haver uma  
474 reunião extraordinária da câmara técnica para decidir sobre o evento, para não afetar a reunião do  
475 conselho. A Sra. Chopelly Glaudyston Pereira dos Santos pontuou que foi bastante trabalhado o  
476 assunto na câmara, pois foi exigido um evento para 600 pessoas, onde são necessárias passagens e  
477 diárias. Asseverou que desejam fazer algo democrático, que deve haver programação e que se o  
478 conselho entende que será no dia 25, pode haver reunião extraordinária para discutir o assunto. Foi  
479 ressaltado o objetivo da Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento e que verificaram que não  
480 possuem condições de fazer um evento desse porte em setembro. A Sra. Atiliana da Silva Vicente  
481 Brunetto comunicou que foi convocada pelo setor de orçamento para fazer um orçamento mínimo  
482 para o CNDM e ela apresentou-o a Câmara para qualificar e quantificar. Esclareceu que foi  
483 discutida a presença de 200 pessoas dos conselhos e 600 pessoas da sociedade civil no encontro,  
484 sendo uma base para a previsão do segundo semestre, uma proposta de orçamento, não uma  
485 definição da ministra e concluiu que definiram que o encontro será realizado. A Sra. Sandra  
486 Marrocos esclareceu que o Pleno decidiu que o encontro seria feito, que foi proposta a data e que a  
487 Câmara Técnica teria autonomia para pensar no encontro, não sendo necessário retornar à  
488 formatação do encontro. A Sra. Laudelina Inácio da Silva considerou que a problemática ocorreu  
489 por causa de uma secretária executiva do conselho e que a Sra. Bárbara Brenda Saraiva Barbosa e a  
490 Sra. Atiliana da Silva Vicente Brunetto não conseguem lidar com todas as demandas. Salientou que



491 na reunião citou o nome da Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos várias vezes de boa fé ao  
492 discutir a prorrogação do mandato, propôs uma convocação de uma reunião extraordinária do Pleno  
493 em agosto para não alterar a reunião em setembro e discutir o evento. Foi reforçada a importância  
494 de uma secretária executiva e ressaltado que pretendiam que tivesse a melhor qualidade possível  
495 para o evento. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva ponderou que a realização de um evento desse porte  
496 precisa de planejamento, refletiu que o conselho não é realizador de evento e que o evento pode ser  
497 realizado pelo ministério com a anuência do conselho. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond  
498 concordou com a manutenção das datas, sugeriu reuniões extraordinárias virtuais em agosto do  
499 Pleno e da Câmara Técnica e a votação do projeto por *e-mail*. Ressaltou que devem ser  
500 estabelecidos critérios para definir representantes e que o ministério seria o responsável. Questionou  
501 se a reunião ocorreria nos dias 25 a 29 de setembro com as Câmaras Técnicas, o Pleno e encontro  
502 com os conselhos estaduais. Propôs que abertura seja ampliada no dia 25 de setembro ou que tenha  
503 um momento com os conselhos estaduais. Externou a sua preocupação com a reunião de novembro.  
504 Ato contínuo, foi destacada a necessidade de secretaria executiva e de ata da reunião, visto que foi  
505 discutida a reunião do conselho nos dias 26, 27, 28 e 29 de setembro e que em novembro haveria  
506 uma Plenária no dia 27 e reunião do conselho nos dias 28, 29 e 30 de novembro. Foi sugerido fazer  
507 a reunião com os conselhos estaduais no dia 27 de setembro e não ocorrer reuniões com as câmaras  
508 técnicas no dia 26, havendo planejamento do encontro com os conselhos. Foi questionado sobre fala  
509 da ministra sobre “*chamar 1ª Plenária de conselho sendo de uma a três conselheiras, sendo que*  
510 *seja duas da sociedade civil*” e “*na mesma semana de setembro, a ser enviado formalmente convite*  
511 *para os conselhos estaduais*”. Foi concordado que a data das reuniões de setembro seria mantida. A  
512 Sra. Jovanna Cardoso da Silva explicou que foi definido quem faria o levantamento, mas não  
513 receberam a ata. Foi esclarecido que na reunião passada também foi estipulado o tempo do  
514 formulário. Depois foi ressaltado que a reunião passada delimitou o tamanho do encontro com as  
515 conselheiras estaduais, não sendo necessário fazer levantamento, visto que existem as conselheiras.  
516 A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos lembrou a proposta do formulário, em que seriam divididos  
517 por regiões e noticiou que foi criado um GT sobre o assunto. Depois foi informado que o formulário  
518 será apresentado amanhã e que será feito um encontro com os conselhos estaduais e com a  
519 sociedade civil na reunião do conselho. A Sra. Gilcelene Braga Assumpção explicou que entendeu  
520 que era necessário ampliar para os municípios e que por isso tiveram um trabalho redobrado, pois a  
521 intenção da Câmara era visualizar a divisão administrativa dentro de cada estado e escolher um

522 município de cada região com maior índice de violência. Foi ressaltada a importância da secretaria  
523 executiva, da ata que foi não entregue em tempo hábil, a necessidade de reunião extraordinária para  
524 verificar a programação do evento de forma virtual e se for necessário a convocação de uma reunião  
525 extraordinária do Pleno. Foi salientado que é importante que se for três por estado, resultaria em 75  
526 convidados mais as conselheiras. Foi externado como preocupação uma aliança com os estados e  
527 possivelmente incluir os municípios. Foi ressaltado que deve ser discutida a proposta futuramente.  
528 A Sra. Laudelina Inácio da Silva noticiou que colocou as atas anteriores no grupo do CNDM,  
529 explicou que a Câmara Técnica Internacional (CTI) não teve oportunidade de distribuir a ata  
530 simplificada e os documentos em anexo. Asseverou que a CTI retomou os seus trabalhos, o seu  
531 papel de coadjuvante, efetivo de trabalho e parceria com as iniciativas governamentais no que se  
532 refere aos interesses da mulher brasileira em todos os seus aspectos e se propôs a auxiliar o governo  
533 em todas as diretrizes assumidas na política internacional de promoção e de acolhimento dos  
534 direitos das mulheres estrangeiras no Brasil. Cientificou que na ata consta as participantes  
535 presentes, ausentes e a justificativa das ausências da Sra. Berenice e da Sra. Beatriz. Cientificou a  
536 pauta, explicou que o G-20, relacionado ao empoderamento e progressão da representação  
537 econômica das mulheres acontecerá nos dias 01 e 02 de agosto na cidade de Gandhinagar, Índia em  
538 que o Ministério das Mulheres será representado pela secretária executiva Maria Helena Guarezi, o  
539 Brasil terá 10 minutos de fala na mesa, sessão 2 para alavancar a infraestrutura pública digital para  
540 promover a igualdade financeira das mulheres. Adicionou que de 2 a 4 de agosto o Brasil  
541 participará do Encontro Ministerial para o Empoderamento das Mulheres na mesma cidade e o  
542 Brasil terá fala na abertura e na passagem do bastão e assumirá a presidência do G-20 no próximo  
543 ano. Complementou que, para isso, o Ministério das Relações Exteriores criou um grupo  
544 interministerial para discutir o assunto relacionado ao empreendedorismo e com a previsão de  
545 quatro reuniões para 2024. Acrescentou que a presidência do G-20 em 2025 será da África do Sul e  
546 que a sociedade civil não será representada nos dois eventos. Diante do exposto, declarou que foi  
547 feito um ofício que será encaminhado a ministra de representações da classe empresarial de  
548 mulheres no G-20 para garantir a participação de uma instituição, tendo como critérios que a  
549 entidade ligada ao empreendedorismo e sugeriu se manifestar no grupo ou e-mail caso exista o  
550 interesse e que caso tenha mais de uma instituição interessada, pode fazer um sorteio. Afirmou que  
551 podem discutir o ofício na próxima reunião, relatou sobre diálogo sobre misoginia na Presidência  
552 Pro Tempore do Mercosul em 17 de agosto e anunciou que será enviado convite ao CNDM.

553 Explicou que foi sugerido a participação das conselheiras de Notório Saber, visto que não haverá  
554 tempo de fala. Discorreu sobre o Movimento Mulheres, Paz e Segurança, relatou as datas das  
555 reuniões, explicou que não deliberaram, pois passou e não participaram. Foi destacado que deve ter  
556 uma discussão sobre o assunto, a diversidade, acolhimento de mulheres migrantes e em situação de  
557 vulnerabilidade. Foi relatado que o 24º Encontro Internacional de Estatística de Gênero será  
558 realizado nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 2023 no México e que o ministério está debatendo a  
559 possibilidade de enviar representante do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero para  
560 acompanhar e o Brasil foi convidado para participar da 21ª Reunião Internacional de Especialistas  
561 em Informação sobre o uso do tempo e trabalho não remunerado em 25 de setembro em Santiago,  
562 Chile. Ato seguinte, foi explicado que a 12ª Reunião da Conferência de Estatística das Américas  
563 acontecerá nos dias 25, 26, 27 e 28 de setembro, que foi feito um ofício solicitando a representação  
564 de duas conselheiras da sociedade civil na conferência, que as candidatas relacionadas a temática  
565 podem se candidatar e pode ser sorteado depois caso seja necessário. Foi ressaltado que as suplentes  
566 serão convocadas ao Pleno nesse caso. Sobre a Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi  
567 explanado que será enviado um ofício solicitando um representante da CNDM, que a declaração  
568 dos direitos humanos das mulheres rurais foi enviada no grupo, que diversos casos foram tratados  
569 na corte como o caso Maria da Penha. Foi adicionado que foi defendido o acompanhamento por  
570 uma conselheira do estado e que caso não houver poderá ser designada outra conselheira. Depois foi  
571 citado caso da fábrica de fogos da Bahia, onde é discutido o pagamento voluntário das indenizações  
572 pendentes e está previsto um ato público de selamento de acordo em 02 de agosto em Brasília,  
573 sendo necessário a Assessoria Internacional comunicar as pessoas na Bahia e as conselheiras que  
574 aqui residem para uma acompanhar o caso. No que concerne ao caso Márcia Barbosa, foi relatado  
575 que a Assessoria Internacional está organizando um evento em Cajazeiras em setembro na Paraíba  
576 para ato de reconhecimento da responsabilidade do Estado Brasileiro. Ato seguinte, foi cientificado  
577 que o ofício seria em defesa a participação das conselheiras no evento, representando o CNDM e  
578 seu estado de origem e foi ressaltado que não possuem secretária-executiva para formalizar  
579 convites. Foi relatado sobre o caso Santos Brasil, a 17ª Jornada da Lei Maria da Penha, que será  
580 realizada no Ceará, onde foi sugerido um ofício para representante do CNDM do Ceará participar  
581 nos dias 07 de agosto e 08 de agosto. Foi explicado que o memorial não foi confirmado. Foi  
582 ressaltado que as atualizações sobre a 17ª Jornada da Lei Maria da Penha devem ser encaminhadas a  
583 Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond, visto que pode participar com a palestrante e conselheira

584 Alice Bianchini. Foi enfatizado que a Câmara Técnica Internacional gostaria de participar de todos  
585 os GT's, pontuado sobre audiência referente a Lei de Alienação Parental pela Comissão de Direitos  
586 Humanos, em que foi defendida a revogação da lei e que o CNDM deverá construir um grupo do  
587 trabalho para debater a revogação da Lei de alienação parental e outro sobre o uso do tempo e  
588 trabalho não remunerado das mulheres. No tocante a reunião do Chile, foi esclarecido que foi  
589 colocado duas conselheiras titulares da sociedade civil na 22ª Reunião Internacional de  
590 Especialistas em Informação sobre o uso do tempo e trabalho não remunerado que acontecerá no  
591 25, item 7 da pauta. A Sra. Jane Maria Vilas Boas sugeriu que o tema do trabalho não remunerado  
592 seja citado na reunião com os conselhos estaduais. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond  
593 questionou-se se no item 7 são dois eventos no mesmo lugar. Foi esclarecido que são dois eventos  
594 diferentes. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond se colocou à disposição para participar. A Sra.  
595 Celecina Rodrigues dos Santos se colocou à disposição para participar caso tenha espaço para  
596 discutir empreendedorismo social no evento. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos citou a  
597 conferência da ONU sobre a ODS nos dias 18 e 19 de setembro de 2023 e o 15º Encontro Feminista  
598 Latino-Americano e Caribenho em El Salvador de 22 a 25 de novembro de 2023. Salientou que o  
599 conselho deve ter critérios políticos de participação para efetivar o debate e construir propostas e  
600 encaminhamentos para as mulheres. Arrazoou que a alienação parental está sendo discutida em  
601 vários setores, que o conselho deveria se posicionar sobre isso e que a comissão de monitoramento  
602 mostrará um encaminhamento sobre o assunto. Sugeriu retirar a questão da pauta, pois apresentarão  
603 uma nota sobre o assunto. Foi concordado. A Sra. Laudelina Inácio da Silva se colocou à disposição  
604 para reunião internacional sobre uso do tempo. A Sra. Carmen Foro ressaltou sobre a participação  
605 do conselho na Cúpula da Amazônia. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond, a Sra. Celina Alves  
606 Padilha Arêas e a Sra. Celecina Rodrigues dos Santos se candidataram para participar. Foi  
607 explicado que seria uma conselheira para cada evento. Foi sugerida a votação por *e-mail*. A Sra.  
608 Celecina Rodrigues dos Santos retirou o seu nome em evento do Chile. A Sra. Laudelina Inácio da  
609 Silva retirou o seu nome para que possa participar da reunião do conselho. Foi sugerido que a Sra.  
610 Laudelina Inácio da Silva organizasse os temas, vagas e candidatas para votar posteriormente.  
611 Todas concordaram. Sobre a alienação parental, foi declarado que discutirão a minuta da resolução  
612 na próxima câmara técnica. Em seguida, foi anunciado que a ministra estará presente na reunião de  
613 amanhã e foi registrada a memória a Marielle Franco. **Abertura - Dia 28/07/2023 – Manhã:** A  
614 reunião foi iniciada e informada a pauta da reunião. A Ministra Cida Gonçalves salientou a

615 importância da reunião e parabenizou a reunião de ontem. Ato contínuo, a Sra. Vanja Andrea Reis  
616 dos Santos iniciou o relato da Câmara Técnica de monitoramento. Citou a data da reunião,  
617 participantes e pautas. Informou como encaminhamentos relacionados a PEC 1821, que anistia os  
618 partidos políticos que não utilizaram os percentuais mínimos do financiamento nas campanhas de  
619 mulheres e da promoção e difusão da participação política, fazer uma nota técnica do CNDM,  
620 solicitar audiência a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e uma audiência na Câmara  
621 para a secretaria e demais parlamentares, encaminhar o plano B caso a anistia seja aprovada com a  
622 contrapartida das cotas para mulheres, articular implementação da Frente Parlamentar Feminista  
623 antirracista com a participação popular, solicitar a participação desse conselho através da Câmara  
624 Técnica de Monitoramento nos GT's interministeriais de enfrentamento a violência política de  
625 gênero, política nacional de cuidado, saúde integral da população negra e combate ao assédio e  
626 discriminação na administração pública e outros espaços interministeriais ou misto cuja a temática  
627 seja próxima ao Plano. Sobre o Plano Nacional de Política para as Mulheres deve participar de sua  
628 retomada em caráter de urgência. Discorreu sobre nota técnica a ser elaborada pelo CNDM para  
629 revogação da LAP, o diálogo com conselhos que possuem trabalhos direcionados as mulheres e  
630 suas diversidades, representação da Câmara Técnica no encerramento do tribunal internacional e na  
631 inauguração de Casa Brasileira em Pernambuco e reunião técnica virtual com o Ministério da  
632 Justiça para atualização do processo e providências. Discorreu sobre reunião com o Ministério da  
633 Saúde em relação ao PAISM, encaminhamento de nota técnica do CNDM ao Conselho Nacional de  
634 Assistência Social para a inclusão da população LGBTI nas normativas do SUAS, participação no  
635 Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna e de Combate a Fome dos dois comitês nacionais,  
636 aproximação com a frente parlamentar mista LGBTQIAP no Congresso Nacional, necessidade de  
637 realização de reunião de planejamento da Câmara Técnica de Monitoramento na segunda quinzena  
638 de agosto, participação das suplências das Câmaras Técnicas com formalização regimental, revisão  
639 do formato das Câmaras Técnicas para 15 dias que antecede o Pleno ou conforme planejamento da  
640 Câmara Técnica, crachá de identificação ou PIN para as conselheiras para o reconhecimento nos  
641 territórios e em Brasília, nomeação de secretaria executiva do CNDM, funcionamento das redes  
642 sociais, modernização da logomarca do CNDM e da apresentação de sua página, estabelecimento de  
643 contato para parceria com o CNJ, OAB, FENAJ e o MEC para capacitação sobre questão de gênero  
644 e direitos humanos na área jurídica e de comunicação. Arrazoou sobre criação de GT para curso  
645 permanente de formação para qualificar a participação das mulheres no controle social, a

646 necessidade de contratar uma assessoria para colaborar com o trabalho do GT para curso piloto de  
647 formação às conselheiras nacionais em fevereiro de 2024 e curso de formação para os estados a  
648 partir de março, produção de material para divulgação, cartilhas e demais materiais necessários para  
649 o seu funcionamento e lançamento a partir de março de 2024 a caravana das mulheres no controle  
650 pela reconstrução do Brasil. Ato seguinte, a Sra. Jovanna Cardoso da Silva saudou a todos/as,  
651 enfatizou a importância de abordar a identidade de gênero, sugeriu que o conselho participe da  
652 comissão dos movimentos sociais do Ministério da Saúde que visa tratar a política de AIDS no  
653 Brasil. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos parabenizou a apresentação e enfatizou a importância  
654 das suplentes no conselho. Ato seguinte, foi ressaltada a importância das notas técnicas, solicitado o  
655 auxílio da Sra. Jovanna Cardoso da Silva e da Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos na nota  
656 técnica do CNAS para trazer o panorama real das mulheres, a importância do monitoramento sobre  
657 a Lei Maria da Penha e pontuado que a reunião poderia ser aberta. A Sra. Alessandra Santos de  
658 Almeida salientou a importância da revogação LAP. A Ministra Cida Gonçalves parabenizou a  
659 apresentação, externou a sua preocupação com a realização da caravana, pois coincidirá com as  
660 conferências estaduais e municipais, sendo necessário fazer um planejamento das propostas e  
661 verificar a viabilidade. Sugeriu solicitar que os ministérios apresentassem os seus projetos  
662 relacionados a temática nas próximas reuniões do conselho. Lembrou que o 08 de março não  
663 envolveu o Ministério. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos arrazoou sobre a  
664 importância da inauguração da Casa da Mulher em Pernambuco para as mulheres travestis e  
665 transexuais e a dificuldade para a implantação. Demonstrou interesse para participar da inauguração  
666 e sugeriu um discurso da ministra sobre as dificuldades enfrentadas caso participe. Em seguida, foi  
667 passada para a apresentação da ministra sobre misoginia. A Ministra Cida Gonçalves ressaltou que  
668 a casa ainda será construída e que em Recife está sendo localizado o terreno, mas tem a  
669 disponibilidade da governadora para construir a casa. Enfatizou que posteriormente será informado  
670 os detalhes do processo e que a licitação da Casa Brasileira de Manaus foi aberta essa semana. Ato  
671 seguinte, discorreu sobre a marcha para enfrentamento a misoginia, ponderou que a perspectiva é  
672 que seja uma estratégia durante todo o processo em que estarão no governo, que querem atingir a  
673 toda a população brasileira e que não será como a Marcha das Margaridas. Explicou o conceito de  
674 misoginia, ponderou que existem diversos debates, classificou as questões que serão discutidas,  
675 salientou a importância de discutir a misoginia, explicou a classificação dos atos misóginos,  
676 legislação, discurso do misógino, padrão de funcionamento dos movimentos masculinistas, os

677 objetivos da misoginia, a necessidade do apoio da população, sobre a monetização dos misóginos,  
678 mundo do trabalho, impactos, silenciamento das mulheres, demonstrou sua preocupação quanto as  
679 mulheres agredidas na política não desejam continuar, reduzindo o número de mulheres eleitas,  
680 arrazoou sobre a necessidade de união das mulheres nos espaços de poder, perpetuação de  
681 sentimento de medo e pavor, isolamento social, transtornos psíquicos, dados científicos. Enfatizou a  
682 importância de enfrentamento a misoginia, que buscam respeito, divulgar a marcha que será  
683 permanente. Foi ressaltada que é maior que uma marcha. A Sra. Patricia Laundry Mollo sugeriu  
684 identificar como marcha, colocar a expressão “*na marcha*” ao lado com alguma identificação das  
685 mulheres e anunciou que participará. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos reforçou a importância  
686 a marcha da misoginia de forma continuada, de tomar atitudes, de fortalecer a comunicação e  
687 parabenizou a apresentação. Com a palavra, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos parabenizou a  
688 apresentação, concordou com o termo “*marcha*” e ponderou que as pessoas precisam sentir, ter uma  
689 música para respeitar as mulheres, desenhar formas articuladas para desenhar, filtro e frases, sendo  
690 um desafio para enfrentar com a educação. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques concordou com  
691 a desmonetização da “*machosfera*” e com a educação, ponderou que é necessário enfrentar o  
692 núcleo, que é uma discussão importante e que deve ser incorporado melhor a discussão sobre a  
693 desmonetização da misoginia, pois é a raiz do problema. A Sra. Alessandra Santos de Almeida  
694 parabenizou a ideia da ministra, sugeriu colocar a expressão “*mulheres em marcha pelo fim da*  
695 *misoginia*”, acrescentou que deve ser utilizada uma *hashtag* antes da caravana, fazer uma campanha  
696 e filmetes que fujam da forma intelectualizada e dura de falar dessas questões. A Sra. Grace Fátima  
697 Souza Rosa parabenizou a apresentação, sugeriu uma logomarca, considerou o termo “*marcha*”  
698 militarizado, propôs o envolvimento de pessoas famosas, atrizes, influenciadoras e fazer um selo  
699 para as entidades amigas da marcha para os ministérios adotarem. A Sra. Alice Bianchini discorreu  
700 sobre importância de discutir o assunto e a falta de licença-maternidade no Congresso Nacional. A  
701 Sra. Carmen Foro asseverou que existem vários desafios como a popularização, trazer para elas e  
702 envolver as mulheres vulneráveis. Afirmou que a estratégia de comunicação pode ser aprimorada na  
703 próxima reunião do GTI no dia 31, onde será escutado o sistema de justiça. A Ministra Cida  
704 Gonçalves concordou com as ideias, informou sobre as reuniões com empresas sobre a violência  
705 contra as mulheres e argumentou que a estratégia de comunicação deve ser melhorada. Salientou  
706 que deve ser popularizado e que a maioria da população deve saber o que é misoginia. Em seguida,  
707 a Sra. Rosane Silva iniciou a apresentação sobre a Lei da Igualdade Salarial nº 14.611. Agradeceu

708 ao conselho pela mobilização, destacou a importância da lei, o histórico, a articulação, o papel das  
709 senadoras, anunciou que será criado um GTI para elaborar um plano sobre igualdade salarial,  
710 relatou dados de pesquisas, principais inovações, proposta de regulamentação, protocolo de  
711 fiscalização, instalação de GTI da Igualdade, coordenado pelo Ministério das Mulheres e Ministério  
712 do Trabalho e Emprego com duração de 180 dias e que ocorrerá em 31 de agosto, sobre debate  
713 sobre trabalhadoras na área de cuidado, o que o conselho pode contribuir e compromissos para a  
714 regulamentação da lei. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas parabenizou a apresentação, a aprovação  
715 da lei, discorreu sobre o histórico da diferença salarial, pontuou que é necessário acompanhar e que  
716 exigirão o cumprimento. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond ressaltou a importância da sanção  
717 da lei, parabenizou a iniciativa do movimento contra misoginia, argumentou que a desmonetização  
718 é prioritária, que é necessário entender que brasileiros contra a misoginia é uma bandeira necessária,  
719 que não sabe se é viável fornecer incentivo monetário as empresas que cumprem a lei e informou  
720 que o conselho está à disposição. A Sra. Chopelly Glaudyston Pereira dos Santos comunicou que  
721 deseja uma palestra para o centro de qualificação para mulheres LGBT sobre a misoginia em  
722 Pernambuco e relembrou sobre caso de desigualdade salarial. A Sra. Cleide Silva Pereira Pinto  
723 arrazoou sobre a implantação de creches em três turnos, pesquisas sobre trabalhadoras domésticas,  
724 asseverou que se houver um trabalhador doméstico, provavelmente ganhará mais do que a  
725 trabalhadora doméstica, sendo importante a lei de Igualdade Salarial. A Sra. Sônia Maria Zerino da  
726 Silva parabenizou a apresentação da Ministra Cida e da Sra. Rosane Silva, a aprovação da lei e  
727 anunciou que as centrais sindicais se empenharão para regulamentar a lei, para a ratificação da  
728 convenção nº 156 e nº 190 e discorreu sobre o funcionamento das creches em tempo integral e sem  
729 férias, falta de banheiros em terminais de ônibus. Ato contínuo, a Sra. Rosane Silva argumentou que  
730 os números não oficiais são maiores, ponderou sobre a necessidade de discussão sobre as  
731 trabalhadoras domésticas, do auxílio das conselheiras e declarou que a secretaria executiva Maria  
732 Helena foi fundamental para o processo e que todos se empenharam. **Tarde:** A reunião foi iniciada.  
733 Com a palavra, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos informou a coordenadora da Marcha das  
734 Margaridas. A Sra. Carmen Foro arrazoou sobre o histórico da Marcha das Margaridas, explicou  
735 que é uma marcha internacional, muito protagonizada pelas mulheres do campo e das águas. A Sra.  
736 Camila discorreu sobre a CONTAG, que coordena a marcha. Comunicou que faltam 18 dias para a  
737 Marcha das Margaridas, citou as conquistas, cientificou que o evento ocorre de quatro em quatro  
738 anos no início do governo, que não foi apresentada pauta no governo passado, que espera mais de



739 100.000 mulheres e que abordarão 13 eixos. Noticiou que foi entregue as propostas de pauta ao  
740 governo no dia 21 de junho e que espera resposta nos dias 15 e 16. Noticiou que no dia 14 começam  
741 a chegar as mulheres e que no dia 15 haverá o acolhimento das mulheres, sessão na Câmara e no  
742 Senado, amostras de produções das margaridas, rodas de conversas, espaços para crianças, painel da  
743 Soberania alimentar e agroecologia com o caminho para superação da fome, painel da Reconstrução  
744 do Brasil para o bem viver, com a participação política das mulheres de 10 horas até o meio-dia.  
745 Adicionou que haverá oficinas lúdicas junto com os painéis, que pela manhã haverá um outro  
746 espaço com a plenária da cúpula dos povos da Amazônia e pausa para almoço. Comunicou que a  
747 tarde haverá o Painel sobre a Reconstrução de políticas públicas para o bem viver das mulheres do  
748 campo, da floresta e das águas e as urgências sociais, painel sobre Mudanças climáticas e políticas  
749 públicas, tribunal das mulheres, Seminário nacional da marcha das margaridas, abertura política,  
750 oficinas e finalizou informando a programação do dia 16. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques  
751 questionou se existe a possibilidade de auxiliar com recursos as regionais. A Sra. Chopelly  
752 Glaudystton Pereira dos Santos salientou a ausência das pautas das mulheres LBT's e indagou se  
753 está incluso algo sobre o assunto na programação. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas enfatizou que  
754 a organização da Marcha das Margaridas é um aprendizado, que está havendo maior proteção com  
755 vários trios elétricos e declarou que se desejar participar da sessão na Câmara e Senado às 09:00 do  
756 dia 15, a CONTAG deve ser informada. A Sra. Camila respondeu que as pessoas são definidas  
757 pelas coordenações, que existem trios separados por regiões, que 14.000 mulheres estão inscritas no  
758 sistema apenas pelo Nordeste, que se estima o custo de quatro milhões de reais com a alimentação e  
759 como a CONTAG é uma empresa com CNPJ, deve atender aos requisitos do GDF. Asseverou que o  
760 tema das mulheres LBT é transversal, que no caderno sobre autonomia é abordado o assunto e que  
761 painel da participação Política das Mulheres está como um tema transversal. Acrescentou que foram  
762 procurados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para terem um espaço para  
763 discussão sobre esse assunto, que a programação é provisória e adicionou que podem ser feitas  
764 doações no site <https://benfeitoria.com/projeto/marchadasmargaridas2023> e que podem ser  
765 compradas a blusa e a rifa para ajudar. Relatou caso da conselheira do CNAS que, com a venda de  
766 rifas conseguiu recursos para auxiliar no transporte. Ato seguinte, foi apresentado um vídeo da  
767 Marcha das Margaridas. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos salientou a importância do evento. A  
768 Sra. Carmen Foro discorreu sobre a Marcha das Margaridas e lembrou que antigamente era  
769 discutido sobre as mulheres transexuais. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos salientou a

770 importância da secretaria para a população LGBT. Na sequência foi sugerido divulgar sobre o  
771 evento. A Sra. Alessandra Santos de Almeida anunciou a presença do CFP na Marcha das  
772 Margaridas e debate sobre territorialidade no dia 14. Ato contínuo, foi iniciada a apresentação do  
773 mapeamento de movimentos e entidades de mulheres do Brasil. Foi explicado que o objetivo era ir  
774 além dos movimentos existentes tradicionais, que foi proposto um formulário para lançar na rede.  
775 Foi adicionado que o formulário foi analisado pela equipe técnica de informática e comunicação do  
776 Ministério e foi sugerido não fazer alterações. A Sra. Sandra Marrocos declarou que foram  
777 colocados duas logos, uma do governo, através do Ministério e outra do controle social através do  
778 conselho. Noticiou que será feita uma reunião nos dias 08, 09 ou 10 com o fórum de mulheres de  
779 partido para pedir a divulgação e o preenchimento do formulário. Leu sobre o mapa colaborativo,  
780 objetivos, unidade federativa, região, município, nome do grupo, questões referentes ao grupo,  
781 responsável do grupo, área de atuação. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva questionou se ao colocar o  
782 nome do responsável é necessário colocar o nome civil. Foi negado. A Sra. Nágyla Maria Galdino  
783 Drumond propôs inserir a expressão “*nome (pode ser nome social)*”. Sobre o CNPJ, sugeriu colocar  
784 “*não é obrigatório*” e pontuou que pode acumular opções no caso das entidades estaduais e  
785 municipais. A Sra. Adriana Rosa dos Santos sugeriu colocar o DF no caso da participação dos  
786 conselhos. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos reafirmou que foi formado em um GT para o  
787 assunto, que deve ser destacado que foi construído no conselho. Parabenizou o trabalho, afirmou  
788 que existem muitos fóruns e espaços que devem ser mapeados. Notificou que divulgará, que deve  
789 haver inclusão e construção coletiva. A Sra. Alessandra Santos de Almeida parabenizou o trabalho e  
790 salientou a impressão de que o formulário é grande. Argumentou que o formulário não é acessível  
791 para todas as mulheres, não tem registro sobre a característica dessa mulher como a existência de  
792 deficiência e entendeu que seria relacionado a conferência. A Sra. Moema Carvalho sugeriu retirar a  
793 obrigatoriedade de alguns itens como endereço, inserir a opção outros e um espaço aberto. A Sra.  
794 Rafaela Feitosa Damasceno asseverou que existem muitas instituições LGBT’s que não estão  
795 necessariamente no conselho nacional, mas estão vinculadas as outras áreas, sendo interessante  
796 incluir. A Sra. Carmen Foro parabenizou o trabalho, reafirmou que deve ser incluído que foi criado  
797 pelo conselho, que deve ser divulgado e questionou sobre o lançamento. A Sra. Vanja Andrea Reis  
798 dos Santos alegou que possuem um foco, que é um levantamento das entidades e que os conselhos  
799 estaduais e municipais devem ser parceiros. Foi ressaltado que letra deve aumentar, que as  
800 perguntas são para a entidade, que terá no texto sobre o trabalho coletivo e logo, que o foco é sobre

801 organizações de mulheres. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos destacou a importância da ata,  
802 retirou o que falou e que compreendeu a ministra esperava todas as organizações coletivas. A Sra.  
803 Deusimar Corrêa questionou se pode colocar na rede, pois no Rio de Janeiro tem a Secretaria da  
804 Mulher e solicitará a divulgação pelo local. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos sugeriu apresentar  
805 formalmente o mapa aos conselhos e declarou que o encaminhamento da Sra. Celecina Rodrigues  
806 dos Santos será repassado a comissão. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond sugeriu que a  
807 divulgação seja ampla, utilizar o formulário em breve como um termômetro para analisar, que deve  
808 ser feito em uma linguagem leve com as mulheres para que se sintam à vontade para responder o  
809 formulário, independente da colocação ideológica. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques  
810 arrazou que é necessário procurar todos os movimentos que trabalham com mulheres, sendo que  
811 uma forma de acessar é através de outros conselhos, como o conselho LGBT e de direitos humanos,  
812 sendo necessário contatar esses conselhos e procurar outros, inclusive o legislativo. Reiterou que no  
813 caso do dia 8 de março, o legislativo sempre convoca os movimentos de mulheres, sendo  
814 importante contatar a comissão de mulheres do legislativo para fazer esse processo. Foi explicado  
815 que pode ser ajustado no processo, que o sucesso do formulário depende do quanto o formulário  
816 alcançará, pois foi planejado uma reunião virtual com o Fórum de Mulheres de Partido, conselhos,  
817 com os conselhos e com movimento social. Foi complementado que, como haverá a plenária dos  
818 movimentos sociais, o formulário pode ser reforçado e para o caso de falta de acesso à internet, se  
819 pretende contatar lideranças para auxiliar no processo. Foi declarado que na segunda-feira será  
820 explicado o objetivo e que o formulário para ser lançado na rede segunda ou terça-feira. Foi  
821 questionado como ficam os partidos de extrema direita. Foi ressaltado que o interesse é que todas  
822 respondam o formulário e foi encaminhado a inserção do nome social entre parêntesis, da expressão  
823 “*CNPJ (se houver)*”, que foi colocado no formulário o que é obrigatório e que deverá ser divulgado  
824 por todos/as. Foi concordado. Foi destacado que em 25 de setembro haverá a plenária com os  
825 conselhos estaduais das mulheres e que no dia 27 de novembro terá a plenária com os movimentos  
826 de mulheres e/ou feministas. Ato seguinte, foram informadas as participantes do GT do mapa e  
827 declarado que são informadas as atualizações. Depois, foi salientado que ontem no conselho foi  
828 aprovado que o dia 25 de setembro ocorreria a reunião do conselho e no dia 26 com os comitês  
829 estaduais. Foi esclarecido que as datas não foram adequadas. Foi destacado que deve ser feito o  
830 ajuste para uma atividade no dia 28 com os conselhos ou no dia 27. Foi solicitado a participação da  
831 organização das reuniões e proposto fazer um estudo jurídico para estudar a prorrogação do

832 mandato, e uma apresentação até o final do ano. Foi concordado e pontuado que a ação não impede  
833 a discussão política. Foi ressaltado que o estudo jurídico serve para auxiliar na discussão. Foi citado  
834 o artigo nº 25 do Regimento Interno, discorrido sobre a importância da participação de titulares e  
835 suplentes e colocado como reflexão a implantação de um evento para 600 pessoas, sendo que  
836 existem conselheiras que não podem ir nas seis reuniões anuais do conselho e sugerido analisar de  
837 forma jurídica o assunto. Foi concordado e salientado a importância das suplentes em todas as  
838 reuniões. Foi sugerido fornecer a resposta até a próxima reunião. Foi concordado que será  
839 analisado. Sobre a apresentação do processo eletivo das câmaras técnicas, conforme os artigos nº 16  
840 e nº 17 do regimento interno, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos propôs fazer no plenário a  
841 eleição das Câmaras técnicas. Explanou que, pelo regimento, deve ser chamada com 20 dias de  
842 antecedência, podendo entrar na próxima pauta da próxima reunião. A Sra. Celina Alves Padilha  
843 Arêas declarou que o regimento prevê que o componente da Câmara x faça a eleição e que ele tenha  
844 a duração de 1 ano, podendo ser prorrogado. Questionou o que acontece caso o mandato seja  
845 prorrogado ou reconduzido, arrazoou que não foi discutida a recondução e que foi definido que na  
846 próxima reunião o assunto seria debatido. Foi explicado que na próxima reunião em setembro será  
847 discutida a presidência, vice-presidência e outros detalhes das câmaras técnicas. Foi reforçado que  
848 as eleições são feitas no pleno, tem vagas limitadas e que podem ser discutidas se quem ficou na  
849 suplência por muito tempo pode ir para a titularidade. Foi esclarecido que as câmaras escolhem e se  
850 tiver mais candidatos, o Pleno deve discutir. Depois foi ressaltado que se está discutindo quando  
851 será discutida a eleição, não a eleição. Foi reforçado que a eleição das câmaras técnicas precisa ser  
852 feita no Pleno e após o Pleno as Câmaras se reúnem e elegem a presidência. Ato contínuo, foi  
853 destacado sobre a melhoria da pauta. Foi lembrado que a pauta é responsabilidade da comissão  
854 política e que está aberta para contribuições. Foi informado que a comissão Política realizará uma  
855 reunião antes do Pleno para preparar a pauta e que deve lembrar que haverá a discussão da eleição  
856 das câmaras técnicas no Pleno. Foi ressaltado que, quanto a representação no Fórum Interconselhos  
857 a Sra. Laudelina Inácio da Silva está responsável por instalar o processo de candidatura no grupo de  
858 *WhatsApp* ou e-mail, sendo necessário as conselheiras verificarem os seus e-mails. Foi cientificado  
859 que entrará como pauta para a reunião de setembro a abertura de representação de uma conselheira  
860 do Notório Saber e que está aberta a possibilidade de apresentar currículos que podem ser enviados  
861 por e-mail para a coordenação política para a candidatura e definição no próximo Pleno. Com  
862 relação a reunião extraordinária, foi ressaltado que deve ter propostas de calendário e prazos, pensar

863 nos documentos das conferências e debater a metodologia. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos  
864 Santos considerou válida a realização de reunião para nortear a conferência, mas argumentou que  
865 deve ser feita próxima a conferência, em 2024. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos ressaltou a  
866 importância de publicizar a justificativa de prorrogação da conferência e que é necessário elaborar a  
867 programação do evento. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques declarou que foi sugerido incluir a  
868 pauta da conferência em todas as reuniões do conselho em uma tarde ou manhã, não sendo  
869 necessária uma reunião extraordinária. Ato seguinte, foi ressaltado que não haverá reunião  
870 extraordinária para garantir a conferência, mas que deve ser garantido que as câmaras produzam  
871 conteúdo para apresentar sobre a conferência na próxima reunião. A Sra. Celina Alves Padilha  
872 Arêas propôs que na próxima reunião lembre os responsáveis de cada item da conferência. A Sra.  
873 Adriana Rosa dos Santos sugeriu resgatar a história das conferências. Depois foi reafirmado que  
874 não haverá reunião extraordinária. Sobre a participação na Cúpula da Amazônia nos dias 08 e 09 e  
875 participação no diálogo amazônico, foi destacado que a Sra. Celecina Rodrigues dos Santos se  
876 candidatou a Cúpula da Amazônia. Ato contínuo, a candidatura foi aprovada por aclamação. Em  
877 seguida, foi explicado que haverá atividades em setembro e em novembro. Com a palavra, a Sra.  
878 Deusimar Corrêa reforçou o pedido dos ofícios a serem encaminhados para a Secretaria da Mulher  
879 do Estado do Rio de Janeiro e o Conselho da Mulher do Estado do Rio de Janeiro apresentando as  
880 Sras. Celecina Rodrigues dos Santos, Gilcelene Braga Assumpção e Glaucia de Fátima Barban  
881 Morelli para receber na secretaria da mulher. Foi reiterado o pedido. A Sra. Celina Alves Padilha  
882 Arêas lembrou que na reunião passada foi discutida a garantia da presença das conselheiras na  
883 Marcha das Margaridas. Foi destacado que será enviado o encaminhamento à ministra para retornar  
884 com a resposta. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos notificou que as notas técnicas serão enviadas  
885 por e-mail e que haverá um tempo para aprovação. **Encerramento:** Finalizadas as discussões, a  
886 reunião foi encerrada.